

AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: O USO DOS RESULTADOS DO ENADE NA GESTÃO ACADÊMICA E INSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Jane Cristina da Silva Pinto^I, Amanda Guedes Andrade Bedritichuk^{II},
Geusiani Pereira Silva e Nascimento^{III}

RESUMO

A avaliação da educação superior tem-se tornado um importante instrumento de gestão, uma vez que os conhecimentos e resultados produzidos nos processos avaliativos podem subsidiar a tomada de decisão e a adoção de medidas voltadas para as melhorias acadêmica e institucional, especialmente a partir da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), ocorrida em 2004. O objetivo deste artigo é analisar como os resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) pelos cursos de licenciaturas em Letras, Matemática, Biologia, Educação Física e Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB), nos anos de 2011, 2014 e 2017, foram apropriados pela gestão da UnB e contribuíram para o desenvolvimento institucional. Trata-se de estudo exploratório, de natureza qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica e análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), dos relatórios de autoavaliação institucional, manuais de planejamento e entrevistas realizadas com coordenadores de cursos e membro da gestão da Universidade. Ao adotar os estudos da Nova Gestão Pública (NGP) como referencial teórico, a pesquisa revelou que o Enade tem sido considerado parte de um processo avaliativo mais regulatório do que formativo. Entretanto, na realidade pesquisada, o Exame vem-se constituindo, gradativamente, uma das referências para as ações de melhoria das qualidades acadêmica e institucional. O estudo permitiu concluir que o uso dos resultados do Enade, quando associado à prática da avaliação institucional, pode

I Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre e Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e integrante do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (GEPAES/UnB). E-mail: janecri1511@gmail.com.

II Graduada em Estatística pela Universidade de Brasília (UnB). Possui Mestrado em Educação pela UnB, com ênfase em Políticas Públicas para a Educação Superior e construção de Instrumentos de Avaliação. Atualmente, é Estatística da Fundação Universidade de Brasília, atuando na avaliação institucional e de cursos e na produção de informações gerenciais. É integrante do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (GEPAES/UnB). E-mail: amandagab@unb.br.

III Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Especialista em Sociologia e Política e Mestre em Desenvolvimento Social pela Unimontes e Doutoranda em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Atua como professora do curso de Serviço Social da Unimontes e é integrante do Grupo de Estudos de Políticas de Avaliação da Educação Superior (GEPAES/UnB) e do GEPSS (Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social/Unimontes). E-mail: geusiani.nascimento@unimontes.br.

subsidiar a tomada de decisão, contribuindo para a promoção do desenvolvimento dos cursos e da Instituição.

Palavras-chave: Educação superior, Enade, gestão, Sinaes.

EVALUATION OF HIGHER EDUCATION: THE USE OF ENADE RESULTS IN ACADEMIC AND INSTITUTIONAL MANAGEMENT AT THE UNIVERSITY OF BRASILIA

The evaluation of higher education has become an important management tool, as the knowledge and outcomes generated from evaluative processes can support decision-making and the adoption of measures aimed at academic and institutional improvement, particularly since the establishment of the National Higher Education Assessment System (Sinaes) in 2004. The aim of the article is to analyze how the results obtained in the National Student Performance Exam (Enade) by undergraduate courses in Letters, Mathematics, Biology, Physical Education, and Pedagogy at the University of Brasilia (UnB), in the years 2011, 2014, and 2017, were utilized by the management of UnB and contributed to institutional development. This is an exploratory study, of qualitative nature, grounded in literature review and analysis of Institutional Development Plans (PDIs), institutional self-assessment reports, planning manuals, and interviews conducted with course coordinators and university management member. By adopting the studies of New Public Management (NPM) as a theoretical framework, the research revealed that Enade has been regarded as part of a more regulatory evaluative process rather than formative. However, in the researched reality, the Exam has gradually become one of the references for actions aimed at improving academic and institutional quality. The study allowed us to conclude that the utilization of Enade results, when coupled with institutional evaluation practices, can support decision-making, thereby contributing to the advancement of both the courses and the institution.

Keywords: Higher education, Enade, management, Sinaes.

INTRODUÇÃO

A Nova Gestão Pública (NGP) trouxe novos desafios para a avaliação e a gestão da educação superior. As reformas desenvolvidas no âmbito da NGP enfatizaram a introdução de modelos gerenciais próprios da iniciativa privada nas instituições vinculadas ao setor público, com o objetivo de alcançar maior eficiência no contexto da administração pública. Nesse processo, a avaliação ganhou contornos de controle e aferição de resultados. Conforme apontam Verger e Normand (2015), nos últimos

anos, a NGP foi introduzida na agenda educacional global e as reformas advindas desse modelo alteraram a forma de se conceber a governança das instituições educativas e a formulação das políticas educacionais.

O presente artigo analisa como os resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) pelos cursos de licenciaturas em Letras, Matemática, Biologia, Educação Física e Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB) foram apropriados e contribuíram para o desenvolvimento acadêmico e institucional. O estudo está fundamentado em revisão bibliográfica, análise de documentos institucionais da UnB e entrevistas realizadas com coordenadores de curso e membro da gestão. Foram analisados os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), relatórios de autoavaliação institucional e manuais de planejamento, tendo em vista estabelecer relação entre os resultados do Enade nos anos de 2011, 2014 e 2017, a prática da avaliação institucional e as ações acadêmicas e institucionais desenvolvidas pela UnB.

Com o intuito de apreender o processo institucional como uma totalidade e em articulação com o Enade, foram analisados, também, os PDIs implementados nos períodos de 2018-2022 e 2023-2028. Dessa forma, buscou-se desvelar o movimento empreendido pela UnB no aprimoramento dos processos de gestão institucional e busca da excelência acadêmica, a partir do Sinaes, mais especialmente do Enade.

O texto está organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira seção trata da relação entre a NGP e educação superior, com enfoque na influência da avaliação sobre as Instituições da Educação Superior (IES). Na segunda seção, é analisada a trajetória da avaliação da educação superior no Brasil, levando-se em consideração as mudanças ocorridas no âmbito da política pública com a criação do Sinaes. Na terceira seção, são analisados documentos institucionais da UnB, na perspectiva de compreender a relação existente entre o uso dos resultados do Enade e as práticas adotadas pela gestão e suas implicações sobre o desenvolvimento acadêmico e institucional.

NOVA GESTÃO PÚBLICA, AVALIAÇÃO E EDUCAÇÃO SUPERIOR

A crise do Estado do bem-estar social, ocorrida no final dos anos 1970, levou muitos países desenvolvidos a realizarem reformas que resultaram na liberação dos mercados do controle estatal, na diminuição de impostos, na redução dos investimentos e da atuação estatal, entre outros aspectos. Essa crise resultou no reordenamento da economia e da sociedade e, também, na reconfiguração do Estado, marcada por processos profundos de mudanças social, cultural e política. Além disso, o gerencialismo e a Nova Gestão Pública foram assumidos como forma de administração estatal (Newman; Clark, 2012). A implantação desse modelo baseado na eficiência e na produtividade não se restringiu à estrutura estatal, mas teve repercussão na educação superior, tendo como consequência a aplicação do ideário do gerencialismo nas instituições universitárias e não universitárias.

Corroborando com esse entendimento, Afonso e Mendes (2018) consideram a NGP como um dos pilares estruturantes da agenda global para a educação, mesmo que se concretize, de forma específica, em cada realidade nacional. Os autores afirmam que os seus princípios se materializaram na redefinição do papel do Estado e nos procedimentos da administração pública, induzindo mudanças nos modos de regulação social, em um contexto de crescente internacionalização capitalista. Em sua visão, no campo educacional, a ênfase recaiu sobre resultados e produtos dos sistemas de ensino, em detrimento dos processos pedagógicos, sendo entendidos como indutores da eficiência e da eficácia do Estado e da sua administração.

Duarte *et al.* (2022) analisam que, no tocante à gestão da educação superior, o Estado tem atuado no sentido de estimular as instituições a determinarem objetivos claros, trazendo mudanças de grande repercussão para o papel dos gestores públicos. Para os autores, as instituições tornaram-se estratégicas na “competição acadêmica local, nacional e global, sendo a complexidade de sua dinâmica quase reduzida à questão dos indicadores” (p. 4). Nesse contexto, o modelo gerencial, baseado em princípios de eficiência e competitividade, aliado aos mecanismos de controle e de

metas, estimula a adoção da noção de performatividade na gestão das instituições de educação superior.

Na cultura da performatividade, coexistem velhas e novas práticas ligadas ao modelo gerencial. Se, por um lado, as IES são submetidas ao controle, por outro, as instituições são estimuladas a assumirem “performances de qualidade e excelência supostamente sem os mecanismos diretos de repressão anteriormente utilizados” (Tavares, 2013, p. 125). Essa postura fundamenta-se em práticas institucionais e acadêmicas previstas em diretrizes, projetos pedagógicos e planos institucionais que propõem a mensuração e o atingimento de metas.

Importa destacar que, em uma economia voltada para a exploração do conhecimento como ativo imaterial, as IES passam a desempenhar novas funções ligadas à produção do conhecimento, ao mesmo tempo em que se instala uma nova epistemologia na educação superior, que se traduz em um modelo gerencial que orienta a atuação das instituições na busca de resultados (Sousa, 2022). Dessa forma, o valor do que é produzido no ambiente acadêmico é mensurado por critérios quantificáveis, seguindo uma lógica instrumental e competitiva que tem o poder de reconfigurar o conhecimento e a sua produção, em nível mundial.

Diante desse quadro, a avaliação da educação superior é considerada instrumento de indução da qualidade, voltando-se para a busca da excelência acadêmica, comprovada por meio dos resultados obtidos nas avaliações externas, como o Enade, em uma perspectiva de performatividade. Assim sendo, a avaliação torna-se um dos principais instrumentos utilizados pelo Estado para fins de regulação, estimulando o *ranking* de instituições e cursos. Duarte *et al.* (2022) apontam que, como consequência, “as IES são levadas a rever seus processos de avaliação, aliando-os a ferramentas de controle com ênfase na sua relação com o planejamento” (p. 5), com vistas a aumentar a produtividade e melhorar o seu desempenho. Compreender como os resultados do Enade são apropriados pela gestão, no processo de desenvolvimento institucional, é um aspecto no qual este estudo busca aprofundar.

A POLÍTICA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A avaliação ganhou protagonismo no cenário da educação superior no Brasil na década de 1980, quando os números registrados no setor assumiram elevadas dimensões. Para além da questão de lidar com o aumento das proporções do setor, a política da avaliação também funcionou como instrumento para garantia da qualidade na formação de profissionais e na produção de conhecimento, imprimindo racionalidade em busca de uma gestão eficiente e efetiva dos recursos públicos e privados para a educação superior.

Para o Estado, a avaliação adquiriu maior importância e tornou-se cada vez mais imperativa como instrumento de gestão, controle e regulação do setor em expansão. Nesse contexto, quatro modelos de avaliação compuseram a agenda governamental brasileira desde a década de 1980, cujas propostas foram concebidas no bojo da influência internacional, mas sob a roupagem de comissões de grupos de acadêmicos inseridas no Ministério da Educação (Barreyro; Rothen, 2008): Programa de Avaliação da Reforma Universitária (Paru), em 1983; Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres), em 1986; o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), em 1993, e o Exame Nacional de Cursos (ENC), o “Provão”, em 1995.

A análise da concepção política dessas iniciativas revela um movimento de alternância entre as concepções meritocrática e formativa de avaliação. A primeira era voltada para a produção de *rankings* e a “estandarização” de resultados (Menezes, 2012), como as experiências do Geres e do ENC. A segunda estava ligada aos processos de compreensão e análise crítica de uma dada realidade, com interesse emancipador, de modo que os agentes envolvidos no processo de educação conseguissem produzir suas próprias iniciativas, tal qual se pretendeu com o Paru, o Paiub e, mais tarde, com o Sinaes.

Ainda na década de 1980, foram iniciadas as experiências de avaliação institucional nas universidades brasileiras. Em 1986, a UnB formou a Comissão de Avaliação e implantou o processo de avaliação global, com foco no ensino de graduação, articulado às atividades de gestão, pesquisa e extensão. O projeto de

avaliação institucional da UnB tinha dois objetivos: (i) promover a autoconsciência da instituição, por meio do conhecimento de suas limitações e a identificação dos ideais a serem alcançados; (ii) tomar para si a capacidade de intervir no processo e proporcionar espaço de participação da comunidade acadêmica (Belloni, 1999). Buscava-se, dessa forma, subsidiar a tomada de decisão, a partir de um processo participativo, comprometido com a qualidade da educação superior.

Na segunda metade dos anos 1990, a avaliação da educação superior constituiu-se um dos principais mecanismos de controle do setor educacional, no âmbito da reforma do aparelho do Estado. Incrementou-se, também, a lógica do mercado na educação superior, por meio da expansão do segmento privado. Nesse contexto, o ENC foi o foco da política de avaliação da educação superior. O exame funcionou como balizador de qualidade da educação superior para o período, na medida em que atribuía ao curso um conceito supostamente capaz de apresentar para a sociedade todas as dimensões da qualidade de sua oferta, partindo dos resultados de uma prova realizada com os concluintes. A política baseou-se em um conceito racional-economicista, de ordem técnica, objetiva e neutra, apta a assegurar a livre escolha dos estudantes-clientes. O “Provão” foi assumindo legitimidade e assegurando sua hegemonia, dada sua alta aceitação por parte da sociedade como instrumento de regulação (Bedritchuk, 2015). Entretanto, houve várias críticas acerca do ENC e de seu potencial de avaliar qualidade e as múltiplas dimensões que compõem a oferta de cursos. Ao considerar apenas o desempenho do estudante, o exame prescindiu de outros aspectos importantes, tais como corpo docente e as dimensões institucional e pedagógica da oferta de cursos em seu algoritmo para cálculo de qualidade.

O Sinaes, política que completou seu segundo decênio, representa uma perspectiva global e integralizadora do conceito de avaliação aplicado à educação superior, abrigando em sua estrutura as dimensões de desempenho do estudante, curso e instituição. Criado em contraposição à feição tecnicista de avaliação presente no ENC, o Sinaes buscou avançar na direção de um conceito de avaliação que extrapolasse o desempenho do estudante, baseando-se na participação democrática e em dimensões que caracterizassem a qualidade dos cursos e das IES, focando na formação pedagógica e na responsabilidade social.

O Sinaes foi organizado sob os pilares da Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies), Avaliação do Desempenho de Estudantes (Enade) e Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG). Como um dos componentes do Sinaes, o Enade tem ganhado centralidade como instrumento de regulação, constituindo-se um aspecto contraditório no processo avaliativo estabelecido pelo Sinaes. Dias Sobrinho (2008) assevera que a avaliação institucional foi prevista como o elemento fundamental do Sinaes que, na prática, tem-se tornado um procedimento periférico, tendo em vista que o Enade passou a ser a principal fonte de informação, a partir da formulação dos indicadores de qualidade, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral de Cursos (IGC), desde 2008.

Com essa reconfiguração, os valores filosóficos do Sinaes foram transformados em mecanismos burocráticos de controle, a fim de hierarquizar, comparar e ranquear cursos e instituições, sob “pretensa neutralidade e objetividade, como se a avaliação fosse isenta de valores e interesses, como se os números, as notas, os índices fossem a própria avaliação e pudessem dar conta da complexidade do fenômeno educativo” (Dias Sobrinho, 2008, p. 821).

Refletindo sobre a contribuição do Enade para a qualidade da educação superior, Griboski (2012) analisa que as IES “vêm fortalecendo os colegiados e demais setores com informações e com a formação de equipes responsáveis pela sensibilização da comunidade acadêmica para a importância desse processo avaliativo, em especial do Enade” (p. 190). Para a autora, o aspecto formativo da avaliação pressupõe que os resultados sirvam de referencial para o aprimoramento da gestão, a partir de informações suficientes para a tomada de decisão e o redirecionamento de ações. Apesar disso, na sua visão, as informações dos relatórios e as características do Enade não são conhecidas pelos cursos e, por esse motivo, contribuem pouco para a sua melhoria.

Em que pesem as críticas feitas ao Enade, no que se refere à sua utilização como mecanismo de controle e de ranqueamento dos cursos e das IES, é possível inferir que, quando associado à autoavaliação, o Exame pode trazer contribuição à gestão acadêmica e institucional. Para isso, faz-se necessário que as IES atentem para a qualidade de suas atividades no campo do ensino, da pesquisa e da extensão e, ainda,

considerem as informações advindas das percepções dos estudantes acerca dos cursos. A reflexão sobre esses insumos pode servir como referencial para a implementação de melhorias nos cursos e nas instituições.

A APROPRIAÇÃO DOS RESULTADOS DO ENADE E SUA RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E INSTITUCIONAL DA UNB

O Enade tem sido há muito desconsiderado para efeitos de reflexão sobre os cursos e quando a apropriação de seus resultados é realizada, ele é percebido mais como atividade burocrática e pontual, em um processo de regulação, do que um processo formativo mais amplo (Sousa; Sousa, 2012). Entretanto, o estudo realizado revelou que o Enade vem ganhando espaço, gradativamente, na pauta da gestão acadêmica e institucional da UnB, sendo isso observado de forma mais efetiva nos últimos anos, conforme será analisado a seguir.

Do ponto de vista da gestão acadêmica, a pesquisa realizada mostra que os resultados do Enade têm sido apropriados de forma diferente pelos cursos de licenciatura da UnB estudados (Letras, Matemática, Biologia, Educação Física e Pedagogia). No caso do curso de Letras, as entrevistas apontaram que o Exame tem auxiliado na consolidação do projeto pedagógico do curso, bem como na proposição e efetivação de melhorias. Embora tenha deixado transparecer o caráter regulatório da avaliação, a fala de um entrevistado aponta uma concepção reflexiva de avaliação, ao considerar que o Enade “[...] é uma instância de regulação para nós, para apontar os pontos fortes e os pontos fracos do curso e talvez orientar as ações, em termos de melhorar e adaptar os PPCs e os currículos base dos cursos” (CL-UnB, informação verbal, 2022).

No curso de Matemática, os resultados do Enade e seus desdobramentos estão relacionados aos aspectos pedagógicos e à atualização curricular, como se pode depreender da fala de um entrevistado: “[...] o resultado do Enade é exatamente para ajudar a melhorar o ensino [...] se a gente vê no resultado uma parte que está falha, então, nós tentamos melhorar nossa grade e carga horária” (CM-UnB, informação verbal, 2022). Outro ponto importante observado é a compreensão da gestão do curso

acerca do desempenho dos estudantes, de acordo com o turno e a disponibilidade de tempo para o estudo, apresentando uma reflexão acerca das demandas apresentadas ao curso, a partir do perfil socioeconômico do estudante.

No que se refere ao curso de Biologia, os resultados do Enade são utilizados para sensibilizar os estudantes quanto à importância do Exame e avaliar como esse trabalho tem surtido efeito para melhorar a qualidade do curso. Da mesma maneira, foi apontado que os docentes também estão atentos ao Exame, uma vez que “[...] todo tipo de avaliação tem esse feedback. Não é o feedback para você punir, não é esse o caso. É um feedback para você estimular e corrigir erros. Isso é importante” (CB-UnB, informação verbal, 2022).

Em relação ao engajamento docente com o Enade e os seus resultados, no curso de Educação Física, um entrevistado aponta que “A Faculdade de Educação Física não leva o Enade em consideração, [...] os dados dos relatórios não têm sido valorizados” (NDEEF-UnB, informação verbal, 2022). Nesse contexto, importa considerar que, embora os instrumentos do Enade apresentem limitações, eles podem apresentar subsídios para a orientar projetos pedagógicos de cursos e políticas institucionais.

A pesquisa realizada no ambiente do curso de Pedagogia da UnB deixou assente o uso dos resultados do Enade por sua gestão acadêmica. O acompanhamento do perfil dos estudantes se mostra evidente na fala de um dos participantes da pesquisa, ao apontar que “[...] nós fizemos, no ano passado [2021], uma pesquisa sobre o perfil do ingressante de Pedagogia e, junto com esse perfil do concluinte, nós agora trabalhamos com uma perspectiva que é, primeiro, uma política de permanência” (NDEP-UnB, informação verbal, 2022). Além disso, a coordenação do curso de Pedagogia revela o uso do Questionário do Estudante como fonte de informação para a gestão acadêmica e como instrumento voltado para a compreensão das demandas existentes. Esses dados têm servido de base para formulações de políticas e do currículo, com foco na melhoria do curso.

A realidade dos cursos participantes da pesquisa revela as diferentes reflexões e posturas adotadas em relação aos resultados do Enade. Nesse contexto, verifica-se que é necessário que as informações advindas do Exame não sejam consideradas de

forma fragmentada, mas que sejam analisadas à luz da visão global da IES. Conforme apontam Sousa e Sousa (2012, p. 248), espera-se que as instituições

[...] analisem o desempenho dos seus alunos (e cursos) e, em uma postura eminentemente pedagógica e acadêmica, os comparem, por exemplo, com seus outros cursos. Todavia, isso deve ocorrer sem perder de vista que a avaliação institucional não está centrada somente no Enade, existindo outros componentes e indicadores a serem levados em conta.

A pesquisa realizada permitiu depreender que as práticas acadêmicas dos cursos de licenciatura da UnB começaram a refletir sobre o Enade, tendo por base os resultados obtidos nos ciclos de 2011, 2014 e 2017, sob diferentes aspectos. Isso leva a considerar que a forma como a universidade se apropria dos resultados das avaliações do Sinaes precisa ser considerada no âmbito das relações sociais mais amplas, levando-se em conta, a existência de singularidades, contradições e decisões pautadas por lógicas internas e externas aos cursos e à própria instituição.

Do ponto de vista institucional, destaca-se que a UnB explicita que, a partir de 2006, passou a elaborar os relatórios anuais de avaliação institucional nos padrões estabelecidos pelo Sinaes (UnB, 2018a). A autoavaliação, nesses termos, é um processo apto a produzir um diagnóstico institucional, informar e atualizar rumos, valores e perspectivas acadêmicas. Representa, assim, um momento de reflexão para a tomada de decisão e implementação de melhorias nos cursos e na IES.

No contexto da educação superior, a autoavaliação e a avaliação de estudantes e de cursos devem estar alinhadas com o Plano de Desenvolvimento Institucional – documento que trata da filosofia de trabalho da Instituição, missão, diretrizes pedagógicas e políticas que orientam suas ações, estrutura e atividades acadêmicas e administrativas (UnB, 2017). Outros documentos também respaldam as intenções das IES, como: relatórios de autoavaliação institucional, planos de autoavaliação institucional e manuais de planejamento.

O estudo dos PDIs da UnB permite inferir acerca do aprimoramento da gestão no âmbito das avaliações institucionais. Verifica-se que não se trata apenas de uma maior observância quanto às exigências regulatórias do Estado, mas da priorização de

instrumentos de planejamento, acompanhamento e gestão de dados e informações necessárias para a qualificação do que a IES desenvolve nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse sentido, no Manual de Planejamento da UnB 2002-2006 (UnB, 2003, p. 9), por exemplo, a realização de autoavaliações institucionais foi apontada como uma “postura estratégica institucional”, principalmente, porque poderia subsidiar e integrar as avaliações institucionais externas. Trata-se de um momento em que a universidade deve buscar o autoconhecimento, contornar fragilidades e reforçar suas potencialidades, em um processo que se reflete nos resultados da avaliação externa.

Apesar de existirem elementos posteriores que indiquem a participação de estudantes da UnB no Enade desde 2004 (UnB, 2012), não foram encontradas menções ao Sinaes, nem ao Enade, no PDI 2002-2006 (UnB, 2003). Atribui-se essa ausência ao período de criação do sistema, em 2004. Naquele momento, o “Provão” foi apontado como o instrumento de avaliação do Ministério da Educação utilizado para avaliar o desempenho dos estudantes.

Ao considerar a até então inexistente articulação entre os resultados da avaliação institucional, os resultados do Enade e as previsões dos PDIs da UnB (2002-2006 e 2006-2010), surgiu o questionamento: de que maneira pode a universidade se valer dos resultados da avaliação para subsidiar e orientar a gestão acadêmica e institucional?

O estudo dos documentos institucionais revela uma tendência crescente de uso dos resultados das avaliações para a gestão da Instituição em relação à autoavaliação e também ao Enade. Nesse sentido, no PDI 2006-2010, é possível verificar uma sintonia entre algumas estratégias de autoavaliação e as avaliações externas feitas pelo Ministério da Educação (MEC) junto à universidade. A implementação do PDI e a necessidade de coerência entre as suas previsões com as avaliações institucionais (internas e externas) também foram demarcadas no mesmo documento (UnB, 2010). Dessa forma, verifica-se uma preocupação da universidade em realizar o que fora planejado e acompanhar o que foi sinalizado em seus documentos e instrumentos de planejamento institucional. Identifica-se também um esforço institucional para a criação de banco de dados e informações sobre as prioridades, no âmbito da gestão

universitária. Merece destaque a previsão, na edição do PDI 2006-2010 (UnB, 2010), da implementação de alguns instrumentos de avaliação institucional, com a intenção de produzir conhecimento apto a subsidiar as avaliações realizadas.

O Manual de Planejamento 2006-2010 (UnB, 2007), por sua vez, explicitou que a obtenção de conceitos máximos no Enade e de melhores resultados dos cursos da UnB estavam entre as metas a serem alcançadas. Percebeu-se, ainda, que indicadores como o da qualidade da infraestrutura oferecida pela universidade, além de serem métricas para as avaliações internas e externas, passariam a ser indicadores a serem melhorados. Da mesma forma, no Manual de Planejamento 2011-2015 (UnB, 2011), encontram-se algumas metas a serem alcançadas pela UnB, particularmente, no âmbito do ensino de graduação. Ao demarcar que o principal objetivo era a formação qualificada, ética, crítica e responsável das pessoas, apontou-se, como meta, a ocupação pela UnB da 5ª colocação no Índice Geral de Cursos (IGC), entre as instituições federais de educação superior.

É possível observar a preocupação da instituição com o desempenho acadêmico e institucional e sua relação com os resultados do Enade, tendo em vista que o IGC apresenta em sua composição notas contínuas do CPC dos cursos avaliados no último triênio dos cursos da IES. Em outras palavras, o “IGC é uma medida de desempenho dos cursos de uma instituição, porque contempla a média dos resultados que obtiveram a partir do Enade” (Griboski; Peixoto; Hora, 2018, p. 189). Assim sendo, ao estabelecer como meta determinada posição a partir do IGC, a universidade revela, em última instância, o uso dos resultados do Enade como medida de desempenho.

Corroborando esse entendimento, o Relatório de Autoavaliação Institucional da UnB tem levado em consideração o desempenho dos estudantes no Enade. O Relatório de 2011 (UnB, 2012), como exemplo, publicizou que, no período de 2008 a 2010, estudantes de 30 (trinta) cursos tiveram seus desempenhos avaliados, com conceitos distintos que variaram de 2 a 5 no exame nacional. Esse relatório ainda explicitou que, “[...] dos cursos da UnB avaliados, prevaleceram avaliações acima da média em 75% dos casos. Apenas um curso obteve conceito inferior à média nacional” (p. 248). Dessa forma, verifica-se a importância dada ao Enade como uma forma de aferir o desempenho da IES.

Nesse processo, a institucionalização da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UnB, em 2013, contribuiu para vindouras ações de autoavaliação desenvolvidas. O fato de o gestor máximo da universidade não participar de sua composição representou, segundo o PDI de 2014-2017 (UnB, 2014), uma evidência de autonomia institucional dessa CPA. Esse PDI destacou, ainda, a necessidade de melhoria na avaliação externa e na atualização do plano de autoavaliação, considerando a existência de dificuldades institucionais e a importância de elaboração de estratégias para operacionalização do planejamento. Nos resultados do PDI 2014-2017, é possível encontrar alguns indicativos que revelam uma crescente preocupação da universidade com as questões relacionadas à avaliação institucional. Nesse sentido, foi sinalizado que “a avaliação e o acompanhamento do desenvolvimento institucional possibilitou expandir o alcance da avaliação institucional a outros segmentos da comunidade universitária” (UnB, 2018b, p. 173).

Em 2014, a CPA criou o projeto “CPA Itinerante”, que tinha por objetivo a visitação a cursos da UnB, a partir de suas próprias demandas, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre os processos avaliativos e, principalmente, para conhecer suas realidades e demandas (UnB, 2018b, p. 174). Posteriormente, de forma substitutiva e seguindo um ciclo pré-definido, não mais sob demanda, foi institucionalizado o Programa Avalia UnB, que buscou aprimorar a gestão institucional da universidade (UnB, 2018b), a partir de um ciclo de visitas às unidades acadêmicas tendo como base o ciclo avaliativo¹ do Sinaes. Nesse processo, são discutidas questões relacionadas aos egressos e à evasão dos cursos, às métricas adotadas e aos resultados do Enade, além dos Conceitos de Curso (CC), obtidos na avaliação externa. Ademais, são tratados temas como inserção de docentes em pós-graduação e produção acadêmica docente. Essas ações representam a materialização do processo de retroalimentação da avaliação, nas quais a CPA e a gestão coletam informações que serão utilizadas para a melhoria de cursos e áreas.

A partir de 2015, a UnB aprimorou as estratégias para captar a percepção da comunidade acerca de seus serviços e atividades, como a consulta à comunidade

1 O ciclo avaliativo diz respeito à realização periódica de avaliação das IES e dos cursos, tendo como referência as avaliações trienais de desempenho de estudantes (Griboski; Peixoto; Hora, 2018).

acadêmica, e implementou estratégias para mapeamento de retenção e evasão e acompanhamento de egressos, a fim de nortear políticas e ações (UnB, 2018a).

A análise dos documentos referentes à avaliação e ao planejamento da UnB revela o esforço realizado pela Universidade, no sentido de que a avaliação, interna ou externa, como o Enade, ultrapasse as exigências regulatórias e ganhe significado nos âmbitos acadêmico e institucional. Os resultados da consulta à comunidade, bem como os resultados do Enade e do CPC dos cursos, são discutidos e os dados servem como balizadores das decisões da gestão institucional (UnB, 2018a), articulando os resultados do Enade e as práticas de autoavaliação desenvolvidas pela Universidade. Essa percepção é destacada na entrevista realizada com membro da gestão.

Alguns resultados se transformam em políticas institucionais, programas, planos e iniciativas, a exemplo do plano de melhoria dos indicadores acadêmicos. Outras ações são decorrentes de melhorias propostas pela CPA no plano de melhorias constante no Relatório de Autoavaliação. Essas melhorias incluem, entre outras iniciativas, ações voltadas para redução da evasão e incentivo à permanência, acompanhamento efetivo da implementação do processo de curricularização da extensão, melhorias em infraestrutura física e tecnológica, integração e atuação conjunta de áreas administrativas e acadêmicas (MG-UnB, informação verbal, 2023).

Na UnB, a CPA é responsável pela condução e produção dos Relatórios de Autoavaliação Institucional que perpassam os eixos de avaliação do Sinaes² e pela realização do Fórum de Avaliação que, anualmente, discute temas voltados para a avaliação institucional, com a participação da comunidade interna e externa à Universidade. A apropriação dos resultados das diferentes práticas avaliativas concretiza-se na distribuição de recursos, na definição de prioridades e na orientação da tomada de decisão, conforme ressalta um entrevistado.

Vejo que algumas práticas como a Consulta à Comunidade, o Plano de Melhorias da CPA constante no Relatório de Autoavaliação, os encontros do Avalia UnB e o Fórum de Avaliação possibilitam espaços de discussão e construção de sugestões, propostas e recomendações

2 A Portaria n.º 92, de 31 de janeiro de 2014 (Brasil, 2014) previu a organização das 10 dimensões do Sinaes em 05 eixos: Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional; Eixo 3 - Políticas Acadêmicas; Eixo 4 - Políticas de Gestão e, Eixo 5 - Infraestrutura.

para a melhoria da gestão da Universidade, inclusive ações para a melhoria dos indicadores acadêmicos. Algumas propostas decorrentes dessas práticas são efetivamente implementadas e contribuem para uma gestão institucional mais efetiva, pois direciona-se, de uma forma mais eficaz, para a alocação de recursos das mais diversas áreas de atuação da Universidade, para o atendimento das demandas da comunidade universitária e também da sociedade (MG-UnB, informação verbal, 2023).

Em sua concepção original, o Sinaes previu a avaliação como um processo global, cuja “efetivação requer a integração das instâncias e pessoas responsáveis pelas ações e pelos processos” (Sousa, 2018, p. 81). A aproximação da CPA e da gestão da UnB, junto aos cursos de graduação, ocorre por meio do Programa Avalia UnB. Nesse contexto, busca-se discutir estratégias para enfrentamento de desafios e dos problemas pontuados por avaliadores externos e pelo Questionário do Estudante do Enade. Está prevista a participação, nesse processo, da gestão da UnB, dos Núcleos Estruturantes dos Cursos, da direção dos Institutos e da comunidade em geral. Em posse de informações completas sobre produção docente, evasão, dados sobre egressos, inserção de docentes na pós-graduação, a gestão dos cursos pode orientar mudanças curriculares mais adequadas ao seu perfil de estudantes.

Importa destacar que a análise realizada nos documentos institucionais mostrou que os diferentes dados coletados se refletiram na construção dos PDIs 2018-2022 e 2023-2028 (UnB 2017; 2023a), traduzindo-se em metas e adoção de novos rumos. Dessa forma, pretende-se que o acompanhamento periódico dos indicadores possibilite uma análise contínua dos resultados alcançados, visando ao aperfeiçoamento do planejamento da Universidade e, conseqüentemente, do próprio PDI. Nesse contexto, importa destacar que os resultados da autoavaliação e de avaliação externa, incluindo o Enade, têm sido considerados importantes para o acompanhamento da execução do planejamento institucional e o alcance do desenvolvimento dos cursos e da totalidade da Instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou investigar o uso dos resultados do Enade, nas edições 2011, 2014 e 2017, em relação aos cursos de Letras, Matemática, Biologia, Educação Física e Pedagogia, para o desenvolvimento acadêmico e institucional da UnB, buscando compreender como esses resultados foram apropriados pela gestão ao longo do período estudado. A análise dos Planos de Desenvolvimento Institucional, dos Relatórios de Autoavaliação e dos Manuais de Planejamento evidenciou que, gradativamente, os resultados do Enade vêm sendo utilizados para a efetivação de um processo de autoavaliação na Universidade, para o seu autoconhecimento e a implementação de melhorias. Dessa forma, os resultados do Exame têm ganhado significado, buscando avançar para além do “ranqueamento” dos cursos e do atendimento das métricas reguladoras.

Os planejamentos institucionais e os dados produzidos, bem como os resultados das avaliações institucionais têm sido incorporados pela gestão universitária e pelas instâncias responsáveis pela avaliação institucional, para qualificar a educação superior oferecida e potencializar os serviços prestados aos estudantes, em um movimento de mudança na cultura institucional de uso dos resultados da avaliação. Por meio do estudo realizado, verificou-se que esse momento de inflexão para a autoavaliação na UnB tem sido potencializado, passando os resultados do Enade e seus indicadores (IDD, CPC) a serem incorporados à rotina da gestão.

Observa-se que a UnB tem dispensado um lugar específico e valoroso para as avaliações internas e externas, por considerar que seus resultados se somarão a outros indicadores e parâmetros avaliativos indispensáveis para a melhoria das ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária. No entanto, não se podem desconsiderar as influências externas sobre o Sinaes e sobre as IES, entre elas, o ideário da Nova Gestão Pública, que impõe às instituições a adoção de práticas que levam à: ênfase no controle dos resultados; implementação de princípios advindos da racionalidade empresarial e da gestão privada sobre a administração pública e introdução de novos processos de gestão e de trabalho, para citar algumas.

No caso da UnB, as mudanças institucionais e organizacionais não aconteceram apenas porque a universidade reconheceu a necessidade de aprimoramento da sua gestão sobre os resultados do Enade e os demais resultados das avaliações institucionais. Tanto o PDI de 2018-2022 como o de 2023-2028 (UnB, 2017; 2023a) manifestam o objetivo da IES de incrementar a sua posição quando comparada a outras instituições federais de educação superior. Intenta-se melhorar os resultados para obter melhor posição no Ranking Universitário Folha (RUF), no *QS World University Rankings*, no *QS University Rankings América Latina*, no *QS World University Ranking BRICS*, no *Times Higher Education World University Rankings* e no Guia do Estudante (GE), conforme critérios particularmente estabelecidos. Esses objetivos evidenciam a busca por melhores desempenhos no ambiente competitivo da educação superior, não somente no contexto nacional, mas, principalmente, internacional.

As poucas informações existentes sobre o Enade nos PDIs anteriores ao ano de 2018 podem indicar que ainda não existia uma expressiva preocupação acadêmica e institucional com as exigências regulatórias do Estado (advindas do Sinaes) e com a qualificação dos processos que dependem da produção de dados e informações para a sua implementação. Podem indicar, ainda, que a Universidade não concebia o Enade como sendo uma instância capaz de produzir reflexão para si, tratando-o, assim, de maneira protocolar.

O debruçar-se sobre cada um dos cursos participantes da pesquisa deixou evidente a tendência da Universidade de refletir sobre os resultados da avaliação, especificamente no que se refere ao Enade e seus indicadores. Essa é uma disposição observada no nível da gestão, a partir da sequência de eventos e programas criados pela CPA e pelos decanatos envolvidos com a avaliação, tais como o Programa Avalia UnB e os fóruns de avaliação.

A crescente discussão de indicadores junto aos cursos estudados revela uma propensão à efetivação da reflexão acerca da avaliação pela gestão acadêmica e institucional. O aprimoramento observado na UnB demonstra que é possível qualificar o processo avaliativo e o uso dos seus resultados, por meio do acompanhamento e da discussão participativa, ultrapassando o mero cumprimento de demandas regulatórias.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J.; MENDES, G. M. L. Políticas de Administração e Gestão em Países da Lusofonia: perspectivas críticas sobre a Nova Gestão e a pós-burocracia em educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 26, n. 127, p. 1-7, out. 2018.

BARREYRO, G. B.; ROTHEN, J. C. Para uma história da avaliação da educação superior brasileira: análise dos documentos do PARU, CNRES, GERES e PAIUB. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 13, p. 131-152, 2008.

BEDRITCHUK, A. G. A. **Um instrumento de avaliação docente para a Universidade de Brasília**: uma construção nos moldes do Sinaes. 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

BELLONI, I. Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 31-58, jul./dez. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 92, de 31 de janeiro de 2014. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa para os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação de organização acadêmica, modalidade presencial, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, 4 fev. 2014.

DIAS SOBRINHO, J. Qualidade, avaliação: do Sinaes a índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 817-825, nov. 2008.

DUARTE, A. L. C.; SOUSA, J. V.; PEIXOTO, M. C. L.; MENEGHEL, S. M. Nova gestão pública, qualidade da educação superior e o novo perfil dos estudantes. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 1-21 e 122693, 2022.

GRIBOSKI, C. M. O Enade como indutor da qualidade da educação superior. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 178-195, set./dez. 2012.

GRIBOSKI, C. M.; PEIXOTO, M. C. L.; HORA, P. M. Avaliação externa, autoavaliação e o PDI. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 178-197, mar. 2018.

MENEZES, A. M. **Autoavaliação como instrumento de gestão na educação superior**: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás IFG. 2012, 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, 2012.

NEWMAN, J.; CLARKE, J. Gerencialismo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 353-381, maio/ago. 2012.

SOUSA, J. V. Autoavaliação institucional na política do Sinaes: concepção, desafios e possibilidades de avanços. **Revista Examen**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 77-99, jan./jun. 2018.

SOUSA, J. V. Cenários e desafios da universidade na economia do conhecimento. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 8, p. 1-24, 2022.

SOUSA, J. V.; SOUSA, B. P. B. Resultados do Enade na gestão acadêmica de cursos de licenciaturas: um caso em estudo. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 23, n. 52, p. 232-253, maio/ago., 2012.

TAVARES, M. G. M. Núcleo Docente Estruturante: a cultura da performatividade nas políticas públicas de avaliação da educação superior. *In*: SOUSA, J. V. (Org.). **Educação superior: cenários, impasses e propostas**. Campinas: Autores Associados, 2013. p. 113-137.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2002-2006**: Manual de Planejamento. Brasília: UnB, 2003.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Manual de Planejamento 2006-2010**. Brasília: UnB, 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2006-2010**. Brasília: UnB, 2010.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Bases do Planejamento Estratégico - 2011 a 2015**. Brasília: UnB, 2011.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Relatório de Autoavaliação Institucional 2011**. Brasília: UnB, 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2017**. Brasília: UnB, 2014.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022**. Brasília: UnB, 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Relatório de Autoavaliação Institucional - 2017**. Brasília: UnB, 2018a. Disponível em: https://cpa.unb.br/images/Relatorio_de_Autoavaliacao_2017_FINAL.pdf. Acesso em: 10 de dez. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Resultados do Plano de Desenvolvimento Institucional - 2014-2017**. Brasília: UnB, 2018b. Disponível em:

https://planejamento.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=802. Acesso em: 10 de dez. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2023-2028**. Brasília: UnB, 2023a.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n.132, p. 599-622, jul./set. 2015.